



ENCONTRO NACIONAL DE JUÍZES ESTADUAIS

Suplemento especial parte integrante do AMB Informa edição 173 - www.amb.com.br

VALORIZAÇÃO DA MAGISTRATURA



Dos dias 3 a 5 de novembro Porto Seguro e Arraial d'Ajuda, na Bahia, receberam mais de mil participantes para o VI Encontro Nacional de Juizes Estaduais (Enaje). Renomados nomes do Judiciário nacional e internacional, e também da sociedade civil, abordaram temas que foram da ética ao combate à corrupção. A palestra de abertura foi proferida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski. No encontro, ainda foi lançado o relatório de gestão com as lutas, ações e outros eventos promovidos pela AMB.

Páginas 2 a 12

PALESTRAS

Sergio Moro, Marcia Tiburi, Gherardo Colombo, Martha Halfeld, João Otávio Noronha, Salomão Viana e Fernando Gajardoni

Páginas 4 a 8

ENTREVISTA

Coordenadores das comissões Executiva e Científica, Nartir Weber e Antônio Silveira, fazem balanço das atividades

Página 15

MÚSICA

Diogo Nogueira e Ivete Sangalo comandam o clima de confraternização nos shows de abertura e encerramento

Página 16



Reunidos pelo aprimoramento do Judiciário

Verônica Macedo

A cada três anos, juízes estaduais têm um encontro marcado para troca de experiências e reflexões sobre os rumos da magistratura nacional. No dia 3 de novembro, Porto Seguro, na Bahia, foi palco da abertura oficial do VI Encontro Nacional de Juizes Estaduais (Enaje). Mais de mil pessoas compareceram ao evento promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e Associação dos Magistrados da Bahia (Amab) e que aconteceu até o dia 5.

“Cada encontro é uma oportunidade de escrevermos algo para a história da AMB e para a história do nosso País”, disse o presidente da entidade, João Ricardo Costa, agradecendo a presença do número expressivo de juizes e destacando o alto nível das discussões promovidas. “Nós vamos enfrentar nesse Enaje um debate que para nós é fundamental: que é a atuação do Poder Judiciário nessa crise, o combate à corrupção, a valorização da magistratura e a importância que ela tem, exatamente, nesses momentos decisivos para o Brasil”.

João Ricardo frisou a preocupação com projetos que tramitam no Congresso e visam criminalizar “o que o juiz tem por ofício a obrigação de fazer” como projeto sobre a Lei de Abuso de Autoridade e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016 (atual PEC 55), que restringe gastos públicos pelos próximos 20 anos. “Precisamos lutar para manter a integridade do Judiciário em um momento em que há uma série de iniciativas visivelmente atentatórias à nossa independência”.

Presidente da AMB faz abertura da sexta edição do Enaje e destaca que o momento é de união e defesa da magistratura

O trabalho em defesa da magistratura do País foi destacado pelo presidente da Amab, Freddy Pitta Lima. “Este encontro acontece em um momento de grande importância. Queremos um Judiciário cada vez mais forte e independente, queremos sobretudo respeito”, afirmou.

Mesa

A mesa de abertura do VI Enaje contou com a presença do ministro João Otávio de Noronha, Corregedor Nacional do Conselho Nacional de Justiça; da primeira vice-presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, Maria da Purificação Silva; do procurador-geral do Estado da Bahia, Paulo Moreno, representando o governador Rui Costa, e do ministro Ricardo Lewandowski, um dos palestrantes do evento.

O diretor do fórum da Comarca de Porto Seguro, Tibério Coelho Magalhães, também compôs a mesa, além do prefeito em exercício do município de Porto Seguro, Humberto Adolfo Nascimento; da presidente do Conselho Executivo da União Internacional de Juizes de Língua Portuguesa (UIJLP) e diretora-adjunta de Relações Internacionais da AMB, Flávia Viana; e do desembargador Nuno Miguel Pereira Ribeiro Coelho, do Tribunal de Relação do Porto e presidente de honra da UIJLP.

A sexta edição do Enaje teve a coordenação executiva conduzida por Nartir Weber, vice-presidente de Integração da AMB, e científica por Antônio Silveira Neto, assessor da presidência da entidade.



Verônica Macedo

Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) por dez anos, sendo dois deles como presidente (2014-2016) da Suprema Corte, Ricardo Lewandowski iniciou sua palestra no VI Enaje falando sobre a relevância da filosofia para a evolução do ser humano. “A juventude já não tem mais acesso aos grandes pensadores. Sou admirador dos filósofos pré-socráticos. Esses pensadores foram os grandes sistematizadores da filosofia, do pensamento ocidental”.

Lewandowski explicou que os pré-socráticos fizeram a transição da visão mitológica para “uma visão científica da realidade” e citou ter admiração especial por Heráclito de Éfeso, contando um pouco da história dele, lembrando que tudo está em movimento. “Essa ideia de mudança permanente é a chave para quem quer entender o mundo. O direito, a política e a sociedade se transformam a cada momento. Precisamos despertar essa visão de que tudo muda”, ressaltou.

O ministro pontuou que os doutrinadores (filósofos) fazem uma distinção muito interessante entre a imparcialidade e a neutralidade, e que os juizes precisam ser imparciais, mas que, como qualquer pessoa, devem ter uma posição ideológica sobre as coisas, ver as diversas nuances nos casos que os cercam no dia a dia da jurisdição. “Um juiz precisa ser imparcial, mas não pode ser neutro”.

Em sua palestra, Lewandowski ainda discorreu sobre política e o papel da sociedade e fez um balanço do seu trabalho nos dois anos que conduziu o STF e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Segundo o ministro, é preciso valorizar os juizes de primeiro grau, é preciso ter visão da base do Judiciário.

“Um juiz precisa ser imparcial, mas não pode ser neutro”

Lewandowski aborda para magistrados temas do Direito, filosofia e política

“Eu tenho um sonho de ver a magistratura brasileira forte, unida, independente, à altura dos relevantíssimos serviços que ela presta para a sociedade brasileira, em especial, conferir estabilidade às instituições republicanas e pacificar o País. É isso que nós fazemos no nosso trabalho anônimo, diuturno, mas seguro, em prol de todos os brasileiros. Estou convencido de que nós só não mergulhamos numa crise social mais profunda porque os 17 mil magistrados brasileiros estaduais, federais, trabalhistas e militares cumprem o seu dever nos mais distintos recantos deste País zelando para que reine harmonia entre os nossos concidadãos”, disse.

Homenagem



Ao final da palestra, o presidente da AMB, João Ricardo Costa, entregou uma placa de homenagem ao ministro Ricardo Lewandowski em reconhecimento pelo trabalho desenvolvido por ele na condução do STF e CNJ. “Na sua gestão, nós conseguimos um espaço extremamente importante para a base da magistratura que pôde participar mais ativamente das políticas nacionais para a Justiça brasileira”, disse João Ricardo. “Durante esse período houve um diálogo sem restrições com as lideranças da magistratura”, reconheceu.



Desafios da implementação do novo CPC

Tema abre programação científica do VI Enaje, que foi acompanhada por magistrados de todo o País

Márcia Afonso

Os juizes e professores da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA) Fernando Gajardoni e Salomão Viana, respectivamente, abriram a programação científica do VI Enaje, com o painel sobre os principais desafios da implementação do novo Código de Processo Civil (CPC).

A preocupação com o julgamento de recursos repetitivos foi exposta pelo Corregedor Nacional de Justiça, ministro João Otávio Noronha, que presidiu o painel. "Eles precisam ser cuidadosamente julgados, com teses bem elaboradas, para que a vinculação que decorre desses julgamentos seja aplicada com segurança pelos juizes e desembargadores", disse.

Noronha observou que o Brasil vive um momento de grande litigiosidade e um dos grandes litigantes é a própria administração pública. "Acho que é chegado o momento de refletir um pouco, de o estado entender que ele é pautado

pelo princípio da legalidade, que precisa cumprir as decisões judiciais, cumprir a lei para diminuir essa quantidade enorme de litígio em que ele se envolve", afirmou.

Para Fernando Gajardoni, o novo CPC pretende também fazer com que os magistrados sigam os precedentes vinculantes, que estão fixados no artigo 927. "Se isso vai dar certo nós só saberemos daqui a alguns anos, mas a proposta do novo CPC é que nós acabemos com a tal da loteria judicial, que um ganha e outro perde", analisou.

Reunião da magistratura

Gajardoni avaliou que o Código é um diploma prático e deve ser utilizado por pessoas práticas. "Talvez nós tenhamos o maior público de práticos aqui, que são os juizes de direito que aplicam o CPC todos os dias. Então, a importância do evento é justamente reunir toda magistratura estadual para apontar os pontos polêmicos do novo CPC e tentar encontrar alguma solução para eles".

Salomão Viana expôs aos presentes que a ideia da audiência de conciliação e mediação integra a estrutura do Código dentro de uma linha política adotada pelo legislador. "É preciso que a gente compreenda que a simples realização da audiência não está a serviço de uma opção meramente procedimental. Ela está a serviço da opção política estruturante do código", esclareceu.

"Está nos desafios estruturantes do Código colocar em prática a conciliação e mediação como modo de composição de conflito sem a necessidade da atuação impositiva do Poder Judiciário. Então, nós temos que encarar isto exatamente como sendo uma obrigação nossa", disse.



Ministro João Otávio Noronha entre os juizes e professores Salomão Viana e Fernando Gajardoni, logo após o painel



Ética em debate

A filósofa e escritora Marcia Tiburi convida os magistrados a uma reflexão sobre princípios morais

Dalila Góes

Com o tema "Ética: Desafio do Pensamento e da Ação na Sociedade Contemporânea", a escritora e filósofa Marcia Tiburi convidou os participantes para uma reflexão sobre as ações e o desenvolvimento do pensamento no atual momento político e histórico do País.

"Não estou aqui para convencê-los com ideias ou argumentos. Trabalharei com o conceito de ética sob o ponto de vista filosófico", frisou. "Também falarei sobre seus aspectos fundamentais, tais como o pensar, o agir, os valores sociais, o discernimento, o julgamento, o respeito, a responsabilidade, a questão da alteridade e da subjetividade", continuou.

Com mediação do ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Marcia Tiburi fez uma breve exposição sobre a etimologia da palavra ética, que deriva do grego ethos, e significa caráter, costume ou modo de ser. Em sua fala, a filósofa destacou ainda que para a ética ter início, é preciso sair da indignação moral baseada em emoções passageiras. "Falta entendimento, compreensão de um sentido comum em nossa reivindicação pela ética. Falta diálogo, ou seja, a capacidade de expor e ouvir o que a ética pode ser. Clamamos pela ética, mas não sabemos conversar, dialogar", pontuou.

Com mais de vinte anos de vida acadêmica, a autora de livros filosóficos e também de romances, também trouxe ao debate o tema da intolerância. "Como as pessoas se tornaram fascistas, o tipo psicossocial que tem ódio ou medo do outro? Por que atingiram pontos de preconceito que chegam ao nível de negar o outro? Já pensaram sobre isso?", provocou. Marcia Tiburi destacou que um sinal de inteligência é a capacidade de conectar-se consigo mesmo.



Com mais de vinte anos de vida acadêmica, a doutora em filosofia e escritora Márcia Tiburi discorre sobre o desafio do pensamento

Reflexão

"Quem está fechado para o outro, tapou-se. Se a burrice e a inteligência são categorias cognitivas, também são morais. Se eu evito o outro na minha vida, eu não preciso me confrontar com meus próprios limites, fico sozinho com minhas verdades e nunca terei que enfrentar uma autocrítica", instigou.

Na oportunidade, o ministro do STJ Herman Benjamin destacou que o papel do juiz é aplicar a lei aos fatos. Ele lamentou que muitas vezes isso é um impedimento à evolução do magistrado e do próprio direito. "Se houvesse um pouco mais de curiosidade, poderíamos fazer a lei ser um instrumento diferente. Fica a reflexão aos nossos colegas, pois o treinamento que recebemos em nossas escolas oficiais, ou pela própria pressão do dia a dia, é a de não estimulamos a nossa curiosidade. Podemos fazer melhor", incentivou.

Herman Benjamin agradeceu a oportunidade do diálogo e a presença da professora Marcia Tiburi no Enaje. "Agradeço em nome de todos os colegas presentes à AMB pela oportunidade de ouvir e traduzir e levar tudo o que ouvimos à experiência do juiz", finalizou.

Combate à corrupção: uma tarefa possível

Verônica Macedo

Um dos painéis mais concorridos do VI Encontro Nacional de Juizes Estaduais teve como tema “Combate à Corrupção – Experiência Italiana e Brasileira”. Após três horas de duração, o juiz Sergio Moro, que conduz a Operação Lava Jato, e o ex-magistrado italiano Gherardo Colombo, um dos responsáveis pela Operação Mãos Limpas na Itália, foram aplaudidos de pé por um auditório lotado de magistrados. A mediação do *talk show* foi feita pelo presidente da AMB, João Ricardo Costa, e um telão foi instalado na parte externa do local para que os acompanhantes dos inscritos pudessem assistir o painel, que contou com tradução simultânea.

O presidente da AMB disse que operações como a Lava Jato são fundamentais para o País e destacou a experiência de Moro e Colombo na magistratura. “Nossos painelistas vão mostrar o quanto essas experiências das Operações Lava Jato e Mãos Limpas têm uma dimensão muito maior do que aparentam”. João Ricardo observou que os esquemas desvendados por ambas operações envolveram a apropriação de recursos públicos, a partir de atos ilegais envolvendo partidos políticos e empresários.

Mãos Limpas - Itália

Gherardo Colombo fez uma síntese da Operação Mãos Limpas na Itália, que começou em 1992 e revelou que quase todas as grandes empresas tinham fundos ilegais que serviam para corromper. “Nós descobrimos cerca de cem mil investigações e financiamentos ilícitos”, disse. “Foram dezenas de milhares de casos. A corrupção na Itália é um sistema. As relações entre a administração pública e os empresários passam pela corrupção. A operação durou tanto tempo porque nós continuávamos a descobrir provas de corrupção, movimentação de dinheiro que passava de uma parte para outra. Fizemos mais de 700 pedidos internacionais, com pedidos bancários, entre outros, a mais de 29 países”.

O ex-magistrado italiano contou que o processo de investigação persistiu por mais de 13 anos e a opinião pú-

Operações Lava Jato e Mãos Limpas são temas dos painéis dos juizes Sergio Moro e Gherardo Colombo

blica, que no começo era muito favorável e defensora da operação, começou a deixar de apoiar a atuação do Judiciário. Segundo ele, isso ocorreu a partir do momento em que foram sendo averiguadas irregularidades em diversos segmentos, como atos ilícitos cometidos por profissionais das áreas de medicina, engenharia, entre outros. “Os cidadãos começaram a achar que a operação não tinha fim, que as investigações acabariam entrando na casa deles”, relatou Colombo, contando em seguida sua decisão de se afastar da magistratura em 2005.

“Passei 33 anos na magistratura atuando contra crimes de colarinho branco. Em determinado momento passei a me sentir como um encanador que tenta consertar uma torneira quebrada”, comparou ao explicar o seu sentimento em renunciar à Suprema Corte Italiana. “Então o encanador teve uma ideia: verificar o encanamento e o registro. Quem sabe no final ele volte à cozinha e a água saia”.



“Se o cidadão não entende como as regras são importantes para sua vida, ele vai transgredir”



A partir dessa decisão, Gherardo Colombo passou a dar palestras em escolas falando da importância do papel do cidadão no combate à corrupção do dia a dia. “Será que nós não temos que pensar em algo que acontece antes dos tribunais para fazer com que realmente aja Justiça? Eu olhei ao redor e acho que encontrei a relação entre cidadão e regras. Se o cidadão não entende como as regras são importantes para sua vida, ele vai transgredir”, pontuou.

Lava Jato - Brasil

Em sua explanação, o juiz Sergio Moro fez algumas analogias entre a Operação Lava Jato e a Mãos Limpas, e fez questão de destacar que não podia deixar de atender ao convite da AMB de comparecer ao VI Enaje. “O trabalho tem sido muito intenso na 13ª vara. Mas dada a magnitude desse evento de poder falar com magistrados do Brasil inteiro eu não podia deixar de aceitar a oportunidade”.



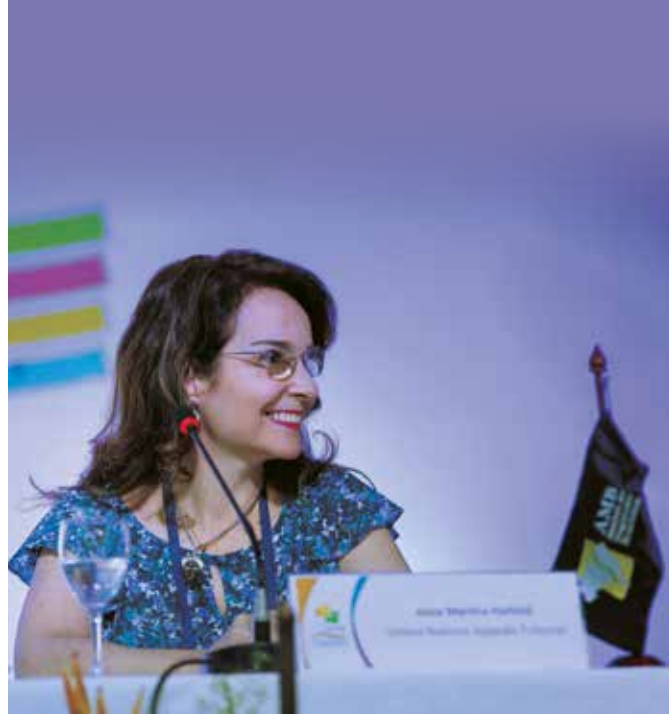
“Quando a sociedade vê escândalos criminais e verifica que a Justiça não dá uma resposta vai perdendo a fé no Poder Judiciário, nos juizes, na lei e na democracia”

Moro contou que assim como a Operação Mãos Limpas, ninguém tinha ideia da proporção que a Lava Jato iria tomar. A operação teve início com o caso de um ex-diretor da Petrobras e depois foi descoberto o crime contra a administração pública e valores milionários não declarados. “Até o momento existem quatro ex-diretores da Petrobras que foram condenados criminalmente. Todos os quatro foram presos. Todos eles mantinham contas secretas no exterior com saldos milionários: conta na Suíça, em Mônaco e Luxemburgo. Um fato que chamou a atenção é que no curso das investigações eles fecharam as contas que tinham na Suíça e transferiram para outros locais”, destacou.

O juiz deu detalhes do esquema de propina e, em um paralelo com a Mãos Limpas, observou que várias das pessoas processadas na operação italiana foram surpreendidas, anos depois, atuando em outros crimes, em um novo esquema criminoso, “para ilustrar a persistência desse fenômeno que é a corrupção”.

Segundo o magistrado, a corrupção tem um caráter serial. “A corrupção é um sistema. A atuação da Justiça é uma ação necessária, mas não é uma condição suficiente. É necessária uma mudança de comportamento na sociedade”, destacando que não existe essa cultura apenas no poder público.

Por fim, exaltou que os juizes, como aplicadores da lei, têm um papel fundamental e que talvez esse problema no Brasil tenha se agravado em decorrência da impunidade. “Quando a sociedade vê escândalos criminais e verifica que a Justiça não dá uma resposta vai perdendo a fé na Justiça, nos juizes, na lei e na democracia”, finalizou Sergio Moro.



Brasileira na corte internacional

A magistrada mineira Martha Halfeld fala aos participantes do VI Enaje sobre sua experiência no Tribunal de Apelações da ONU

Dalila Góes

Juíza titular da 3ª Vara do Trabalho de Juiz de Fora (MG), Martha Halfeld Schmidt é a primeira brasileira a ocupar um cargo no Tribunal de Apelações das Nações Unidas (Unat - ONU). Em palestra aos participantes do VI Enaje, a magistrada falou sobre o processo de seleção, os primeiros meses de trabalho na corte estrangeira e a importância das Nações Unidas para o mundo.

"Minha missão é de julgar casos de servidores das Nações Unidas em face da própria organização. Destaco que a ONU não pode ser processada por tribunais locais. Isso garante a isenção de uma organização supraestatal", esclareceu. A juíza ainda explicou que o sistema de Justiça formal interno nem sempre foi feito por juízes profissionais. Até 2007, o processo era conduzido por servidores com altos cargos, o que originava muitas queixas, inclusive de parcialidade.

"Interessa à Organização que haja profissionalização e isenção. Inclusive, ficamos em um prédio separado da sede em Nova York. A intenção que é sejamos imparciais e isentos até no convívio com os colegas", destacou.

Revezando-se entre o trabalho em Juiz de Fora e a corte de apelação em Nova York, Martha Halfeld lembrou que a seleção dos juízes para o sistema formal de Justiça da ONU obedece a critérios rigorosos. Para se credenciar à disputa, ela foi selecionada pelo Conselho de Justiça Interno da ONU e passou por três etapas: análise de currículo, exame de julgamento e carta de motivação. Em seguida, fez uma prova escrita e entrevista na cidade de Haia, na Holanda.

A palestra, que foi prestigiada pelo juiz Sergio Moro; pelo Corregedor Nacional de Justiça, ministro João Otávio de Noronha; e pela ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Delaíde Arantes, foi a primeira de Martha Halfeld



O processo de seleção e a importância das Nações Unidas foram alguns dos assuntos abordados

à frente da nova função. "Fiquei lisonjeada com o convite da AMB. Soube que há muita curiosidade dos colegas a respeito do cargo que assumi. Estou aqui para abrir caminhos e incentivá-los em novos desafios", agradeceu. Ela foi eleita em novembro de 2015, em votação durante a Assembleia Geral da ONU, e tomou posse em julho em 2016. Seu mandato vai até 2023.

O encontro foi mediado pelo desembargador português Nuno Coelho, presidente de honra da União Internacional de Juízes da Língua Portuguesa (UIJLP), que destacou a riqueza dos esclarecimentos.

Depoimentos

"O VI Enaje superou todas as expectativas da comissão organizadora. A começar pelo alto número de congressistas e acompanhantes e pelo nível das palestras, como por exemplo, a interação entre o juiz Sergio Moro e o Gherardo Colombo da Suprema Corte italiana, os quais fizeram um excelente paralelo entre a Operação Lava Jato e a Mãos Limpas".

Emanuel Bonfim – Diretor-tesoureiro da AMB e membro da Comissão Executiva do VI Enaje



"O VI Enaje foi o exemplo maior da democrática difusão de ideias e conceitos, os mais diversos, num verdadeiro exercício dialético. O equilíbrio alcançado com a programação científica e a harmonia lograda pela parte social do evento culminaram por promover uma integração entre magistrados de todos os Estados da federação".



Ana Karena Nobre – Membro da Comissão Científica do VI Enaje

"Durante todo o evento o que se percebeu foi uma participação maciça dos congressistas em palestras sempre lotadas, ampla interação envolvendo discussões de interesse para toda a classe, além de pontos altos, como o debate travado entre o magistrado brasileiro Sergio Moro e o ex-magistrado da Suprema Corte Italiana, Gherardo Colombo, bem como do encerramento com o corregedor nacional de Justiça, ministro João Otávio de Noronha".



André Reis Lacerda – Secretário-adjunto de Comunicação Institucional da AMB e membro da Comissão Científica do VI Enaje

"O VI Enaje se destacou por superar as expectativas dos mais de mil participantes apresentando-lhes Porto Seguro e seu distrito Arraial d'Ajuda, com toda sua alegria e inegável beleza. Brindou-nos com uma programação científica de alto nível, valendo destacar a palestra da eminente colega Martha Halfeld que, não apenas compartilhou sua experiência na nova missão, mas também nos ensinou que a oportunidade se esconde em locais improváveis e nos leva a alcançar sonhos nem sonhados".

Michelle Menezes Quadros – Membro da Comissão Executiva do VI Enaje



Alguns dos magistrados que participaram do Encontro Nacional de Juízes Estaduais (Enaje) deixam suas opiniões com o balanço do resultado do evento e falam também das palestras promovidas nos três dias de encontro.

"O sucesso da exposição e debates com a escritora e filósofa Marcia Tiburi superou inclusive as críticas e preconceitos de alguns colegas sobre a pluralidade do debate político e social da atualidade. A abordagem da palestrante conferiu enfoque diferenciado pela inflexão em temas da atualidade. Alertou que o Poder Judiciário e os magistrados têm o desafio de não só garantir os valores constitucionais do Estado Democrático de Direito, mas acima de tudo, lutar pela humanização da Justiça, a partir da compreensão dos reais significados do momento de crise político-institucional do País e maior inserção no meio social".

Rogério Favreto – Coordenador da Justiça Federal da AMB e membro da Comissão Científica do VI Enaje



"Todas as palestras foram prestigiadíssimas, com auditório atento e interessado. A magistratura precisa de encontros desta natureza para a interação interna de modo a evoluirmos no sentido de unidade de propósitos, e também para estimular a percepção da pluralidade do País em que prestamos a jurisdição o que deve ser considerado no momento da atividade. A participação de um magistrado italiano que integra a Operação Mãos Limpas na Itália trouxe um olhar sob prisma diferente e mostrou a relevância de atentarmos para outras experiências, com as quais possamos aprender, o que se repete agora com a Reforma Política Italiana.

Mônica de Lucca – Assessora especial da Escola Nacional da Magistratura e membro da Comissão Científica do VI Enaje



"A relevância dos assuntos abordados, assim como a diversidade de posicionamentos trazidos pelos palestrantes, foi de uma riqueza ímpar. Fiquei muito impressionada já no primeiro painel, quando os juízes e professores de Direito Processual Civil Fernando Gajardoni e Salomão Viana, com a brilhante intervenção do ministro João Otávio de Noronha, trataram dos desafios da implementação do novo CPC e das disposições que vêm suscitando maior polêmica. Excelentes exposições que nos induziram à reflexão e nos motivam ao aprofundamento dos estudos relativos a tais questões".

Flávia Viana – Diretora-adjunta de Relações Internacionais da AMB



Nota em defesa da Democracia, do Judiciário e do Trabalho

Da redação

Durante o VI Encontro Nacional de Juizes Estaduais (Enaje), a Coordenadoria Trabalhista da AMB divulgou uma nota em defesa da democracia, do Judiciário, do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho. O documento rebateu os ataques sistemáticos feitos com intuito de desconstruir direitos e desregular a legislação trabalhista.

O texto afirma que “os direitos sociais, trabalhistas e previdenciários constituem fortes instrumentos de inclusão social e dignidade da pessoa humana” e destaca que qualquer desconstrução do Direito do Trabalho será nefasta sobre qualquer aspecto.

Leia abaixo a nota na íntegra:

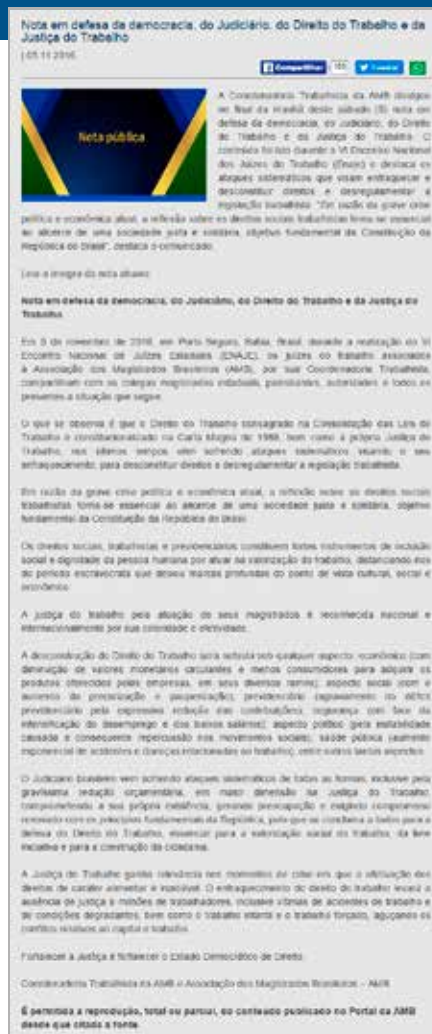
Nota em defesa da democracia, do Judiciário, do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho

Em 5 de novembro de 2016, em Porto Seguro, Bahia, Brasil, durante a realização do VI Encontro Nacional de Juizes Estaduais (ENAJE), os juizes do trabalho associados à Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), por sua Coordenadoria Trabalhista, compartilham com os colegas magistrados estaduais, palestrantes, autoridades e todos os presentes a situação que segue.

O que se observa é que o Direito do Trabalho consagrado na Consolidação das Leis do Trabalho e constitucionalizado na Carta Magna de 1988, bem como a própria Justiça do Trabalho, nos últimos tempos vêm sofrendo ataques sistemáticos visando o seu enfraquecimento, para desconstituir direitos e desregular a legislação trabalhista.

Em razão da grave crise política e econômica atual, a reflexão sobre os direitos sociais trabalhistas torna-se essencial ao alicerce de uma sociedade justa e solidária, objetivo fundamental da Constituição da República do Brasil.

Os direitos sociais, trabalhistas e previdenciários constituem fortes instrumentos de inclusão social e dignidade da



pessoa humana por atuar na valorização do trabalho, distanciando-nos do período escravocrata que deixou marcas profundas do ponto de vista cultural, social e econômico.

A Justiça do Trabalho pela atuação de seus magistrados é reconhecida nacional e internacionalmente por sua celeridade e efetividade.

A desconstrução do Direito do Trabalho será nefasta sob qualquer aspecto: econômico (com diminuição de valores monetários circulantes e menos consumidores para adquirir os produtos oferecidos pelas empresas, em seus diversos ramos); aspecto social (com o aumento da precarização e pauperização); previdenciário (agravamento do déficit previdenciário pela expressiva redução das contribuições); segurança (em face da intensificação do desemprego e dos baixos salários); aspecto político (pela instabilidade causada e consequente repercussão nos movimentos sociais); saúde pública (aumento exponencial de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho), entre outros tantos aspectos.

O Judiciário brasileiro vem sofrendo ataques sistemáticos de todas as formas, inclusive pela gravíssima redução orçamentária, em maior dimensão na Justiça do Trabalho, comprometendo a sua própria existência, gerando preocupação e exigindo compromisso renovado com os princípios fundamentais da República, pelo que se conclama a todos para a defesa do Direito do Trabalho, essencial para a valorização social do trabalho, da livre iniciativa e para a construção da cidadania.

A Justiça do Trabalho ganha relevância nos momentos de crise em que a efetivação dos direitos de caráter alimentar é inadiável. O enfraquecimento do direito do trabalho levará a ausência de Justiça a milhões de trabalhadores, inclusive vítimas de acidentes de trabalho e de condições degradantes, bem como o trabalho infantil, o trabalho forçado, o trabalho escravo e o trabalho análogo ao trabalho escravo.

Fortalecer a Justiça é fortalecer o Estado Democrático de Direito.

Coordenadoria Trabalhista da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)

Língua portuguesa em foco



Juízes Pedro Miguel Vieira, Flávia Viana e Antônio Silveira conduzem encontro de juizes

Integrantes da União Internacional de Juizes da Língua Portuguesa (UIJLP) participam do VI Enaje

Dalila Góes

Juízes brasileiros e também de Angola, São Tomé e Príncipe e Portugal reuniram-se em 4 de novembro, em Arraial D'Ajuda (BA), para mais um encontro da União Internacional de Juizes da Língua Portuguesa (UIJLP).

Os magistrados estrangeiros, que também participaram do VI Encontro Nacional de Juizes Estaduais (Enaje), discutiram temas importantes para o órgão, como a participação de um dos membros da UIJLP nas reuniões da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); a edição de livros e revistas em formato digital e também cursos de capacitação para juizes estrangeiros de língua portuguesa. Na última Assembleia Geral da UIJLP, que aconteceu em julho em Timor Leste, foram firmados convênios para treinamento de juizes por meio da Escola Nacional da Magistratura (ENM) da AMB.

A reunião foi conduzida pela juíza Flávia da Costa Viana, diretora-adjunta de Relações Internacionais da AMB e presidente do Conselho Executivo da UIJLP.

“É, sem dúvida, uma grande alegria receber os juizes de Angola e de São Tomé e Príncipe e Portugal no Enaje. Infelizmente, os colegas dos demais países da CPLP não puderam se fazer presentes. De qualquer forma, a reunião realizada foi de grande valia não apenas para promover o contato entre os juizes lusófonos, mas também para defi-



Magistrados de Angola, São Tomé e Príncipe e Portugal discutem pautas importantes para a UIJLP

nir rumos e seguir com o planejamento e desenvolvimento das atividades da UIJLP”, destacou Flávia Viana.

Estiveram presentes na reunião o assessor da presidência da AMB, Antônio Silveira Neto, e o coordenador da Justiça Militar da AMB, Edmundo Franca de Oliveira. Da Associação dos Juizes de Angola (AJA) participaram Adalberto José Manuel, Patrícia Araújo Pereira, Maria Diegy Godinho, Lúcia de Fátima dos Santos Santiago, Milton Edgar Cafoloma, Tatiana de Assis, Denise Cristina Moreira Paiva e Tânia Maris Pereira. Representando a Associação de Magistrados de São Tomé e Príncipe (Assimajus), participou a juíza Kótia Menezes. Da Associação Sindical dos Juizes Portugueses (ASJP), estiveram presentes Nuno Coelho e Pedro Miguel Vieira.



O juiz que a sociedade espera

Corregedor nacional de Justiça discorre sobre a criação e o papel do CNJ e diz que para o magistrado ter autoridade é necessário que atue com independência

Verônica Macedo

João Otávio de Noronha é o sétimo corregedor nacional de Justiça a ocupar o cargo desde a criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2005. O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) proferiu a última palestra do VI Enaje e foi categórico: "Só tem autoridade o magistrado independente que não tem vínculo com nenhum segmento. Esse é o juiz independente. Esse é o juiz que a sociedade espera". Noronha abordou a importância da magistratura e do CNJ.

O corregedor começou sua palestra fazendo um histórico sobre a criação do Conselho Nacional de Justiça e as dificuldades enfrentadas pelo órgão. "Nas suas primeiras providências, o Conselho estabeleceu uma série de resoluções com o objetivo de normatizar o funcionamento da Justiça brasileira. É difícil um órgão querer padronizar regras de justiça com realidades tão diferentes. Mas o conselho conseguiu", observou.

Segundo Noronha, o papel do CNJ é zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do estatuto da magistratura, além de "blindar" o magistrado de posições políticas. "Que o juiz seja refém apenas do que é fundamental, que é da Constituição", enfatizando que para a magistratura ser justa, precisa ser independente.

O corregedor nacional de Justiça também falou que os juizes precisam saber administrar e que essa atividade não pode ser terceirizada. "O juiz é, antes de tudo, um agente decisor. E como decisor não pode ser um datilógrafo. Ele tem que decidir. Não tem problema nenhum ter assessor. O que ele não pode e não deve é terceirizar sua atividade".

Jovens magistrados

Ao final de sua palestra, ele pontuou ainda sobre a necessidade de se investir na formação dos jovens magistrados, "para que não passem em um concurso e imediatamente sejam colocados numa vara penal para decidir ou não sobre a condenação de seu semelhante", e defendeu que a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) seja a universidade do juiz brasileiro. "Juiz só vai ser juiz depois de passar pela Escola por dois anos".

Para Noronha, a Escola é integrativa e essencial para que o magistrado jovem esteja preparado para enfrentar a realidade da jurisdição. "Ele vai estudar matérias de psicologia, vai aprender a fazer uma audiência, vai aprender a lidar com as partes, ele vai aprender a gerir a sua vara, vai aprender a lidar com os funcionários, com seus semelhantes. Ele tem que entender que antes de ser juiz ele tem que ser pacificador nas causas de família, tem que ser um psicólogo, para que possa cumprir com sua função de julgar", finalizou.

AMB no CNJ

Destacando a atuação da entidade no CNJ, o presidente da AMB, João Ricardo Costa, que presidiu a mesa, aproveitou para falar da iniciativa de propor a criação da central de monitoramento das demandas de massa e ressaltou a conquista da AMB com a Resolução 219 do CNJ. "Gostaria de salientar a aprovação da Resolução 219, que está dentro dessa área de valorização do primeiro grau. Foi uma luta muito forte da AMB", disse, lembrando do trabalho junto aos conselheiros do CNJ.

Magistrados estaduais renovados

VI Enaje trouxe para reflexão dos juizes estaduais vários temas de relevância para as atividades judicantes

Verônica Macedo

Após três dias de reflexões sobre o aprimoramento do Judiciário, chegou ao fim em 5 de novembro o VI Encontro Nacional de Juizes Estaduais (Enaje), em Arraial d'Ajuda, na Bahia. A mesa de encerramento contou com a presença do presidente da AMB, João Ricardo Costa; do presidente da Associação dos Magistrados da Bahia (Amab), Freddy Pitta Lima; da presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), Maria do Socorro Santiago; e do corregedor nacional de Justiça, João Otávio de Noronha, que fez a última palestra do evento.

Em seu discurso, João Ricardo agradeceu a participação dos juizes e destacou o compromisso da AMB em defender a magistratura contra os diversos projetos que tramitam no Congresso Nacional e buscam retirar prerrogativas da carreira e enfraquecer o Judiciário. Ele ainda criticou parlamentares que não têm compreensão das necessidades do Judiciário. "Nós temos propostas extremamente urgentes que deveriam ser aprovadas como o Código de Processo Civil coletivo que dorme no Congresso desde 2008 e teria condições de enxugar essa demanda de massa desenfreada que faz com que nós tenhamos que julgar a mesma coisa milhões de vezes, e absorve nosso prazer intelectual de sermos juizes", disse.

A proposta da entidade de criação de um núcleo para tratar das demandas de massa também foi lembrada pelo presidente. "Estamos sempre dispostos a contribuir para que o sistema de Justiça seja mais ágil. E o núcleo de monitoramento do litígio vai cooperar para isso", disse. O projeto da AMB foi apresentado ao CNJ.



Reconhecimento internacional



Encerrando o VI Enaje, a juíza Patrícia Pereira, secretária-geral da Associação de Juizes da Angola (AJA), fez uma homenagem à AMB pela atuação internacional da entidade, entregando ao presidente João Ricardo um presente regional. "Esta máscara representa a cultura angolana, mais precisamente da província de Cabinda, região norte, da etnia bacongo. Ela é o nosso agradecimento pelo convite e pelo fortalecimento das relações entre as associações dos juizes da Angola e dos magistrados brasileiros", ressaltou.

A próxima edição do Enaje está prevista para 2019.

Relatório de Gestão é lançado durante VI Enaje



Lutas, ações e eventos promovidos pela AMB durante atual gestão estão detalhados no documento

Carolina Lobo

Publicação da AMB com os marcos e as ações dos três anos de trabalho da gestão no período 2014-2016, que termina seu mandato em 15 de dezembro, foi lançada durante o VI Enaje. O presidente da entidade, João Ricardo Costa, apresentou o Relatório de Gestão da AMB - dezembro de 2013 a outubro de 2016, na cerimônia de encerramento do evento.

Ganharam destaque no documento as bandeiras da gestão – ações da AMB no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e valorização do primeiro grau, aposentados, Adicional por Tempo de Serviço (ATS), Eleições Diretas e Recomposição do Subsídio. O relatório também traz informações sobre as duas grandes

manifestações realizadas pela Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), sob a coordenação da AMB, em prol da valorização das carreiras e contra propostas legislativas que representam retaliação ao Judiciário e ao Ministério Público. Além dos marcos de gestão, a publicação aborda outras ações da entidade no período, dentre as quais a proposta de criação de um centro de inteligência para monitoramento do litígio, no âmbito do CNJ e dos tribunais, e o propósito em manter firme a luta pela Reforma Política e o fim do financiamento empresarial de campanhas eleitorais, além das iniciativas relacionadas à agenda legislativa.



Eleição em debate

O debate entre os candidatos à presidência da AMB foi um dos pontos altos do VI Enaje. Diante de um auditório lotado, Gervásio dos Santos (Chapa 3 – AMB de Magistrado para Magistrado); Michel Curi (Chapa 2 – Magistratura Independente); e Jayme Martins (Chapa 1 – AMB Forte, Independente e Representativa) expuseram suas propostas em quatro blocos. Após uma breve apresentação, os candidatos responderam a seis perguntas feitas pela plenária, e depois pelos próprios concorrentes. No último bloco, cada um teve dez minutos para a manifestação final. O presidente da AMB, João Ricardo Costa, destacou a qualidade do debate. “Saúdo os três candidatos por ter nos patrocinado um excelente debate com cordialidade e onde demonstraram suas posições, fizeram suas críticas, porque é assim que se faz um movimento eleitoral”, afirmou João Ricardo.

Troca de conhecimentos

Renata Brandão



Antônio Silveira

Qual avaliação que o senhor faz da troca de experiências que o VI Enaje proporcionou aos participantes?

O evento foi de significativa importância para os magistrados estaduais porque trouxe para discussão vários temas de relevância para as atividades judicantes. Falamos sobre o novo Código de Processo Civil, ética na contemporaneidade, combate à corrupção, atuação dos juizes em órgãos internacionais e o funcionamento do CNJ. Tivemos ainda a participação, como ouvintes, de juizes portugueses, angolanos e de São Tomé e Príncipe, o que demonstra a importância da magistratura brasileira para os outros países de língua portuguesa.

Qual foi o critério de escolha dos palestrantes e dos temas?

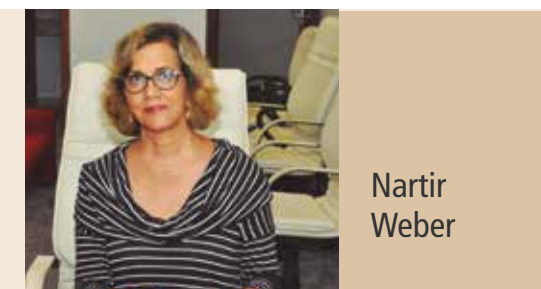
Os critérios foram com base nos temas do Enaje, acolhendo sugestões de membros das comissões Científica e Executiva. Os renomados palestrantes possuíam experiência, obras publicadas, atividade acadêmica e reconhecimento nacional.

As palestras foram concorridas e lotadas. O retorno do evento superou as expectativas?

Superou sim, sobretudo pela qualidade de sua grade científica. Conseguimos contribuir para o aperfeiçoamento das ações institucionais, permitir o conhecimento sobre a evolução da magistratura brasileira e estimular a reflexão dos magistrados sobre a necessidade de um maior engajamento de todos os segmentos do Poder Judiciário.

Tivemos uma excelente participação dos colegas com auditório lotado. Em algumas o interesse foi tanto que tivemos que colocar cadeiras no *hall* dos corredores.

Temas atuais e desafiadores como combate à corrupção, novo CPC, ética na contemporaneidade, atuação dos juizes em órgãos internacionais e o funcionamento do CNJ, foram pautados e debatidos por renomados palestrantes. Em sete meses de trabalho árduo, o sucesso do Enaje pode ser constatado pela presença maciça dos participantes. Confira as entrevistas do coordenador científico, Antônio Silveira, e da coordenadora executiva, Nartir Weber, sobre o balanço das atividades.



Nartir Weber

O que representou sediar o VI Enaje em Porto Seguro e Arraial d’Ajuda?

Um grande desafio, por tratar-se de duas cidades do interior da Bahia separadas por um rio: de um lado estava a maioria dos hotéis dos congressistas e acompanhantes, e do outro o evento. No entanto, quando sugeri o lugar, sabia do potencial turístico e do contexto histórico dos municípios. Acreditei que eventuais dificuldades seriam vencidas, como de fato aconteceu.

E os principais desafios?

Não foi fácil montar uma estrutura para acolher magistrados e acompanhantes de variadas idades e estados, sem falar na atenção aos palestrantes. Tivemos problemas de todas as ordens, sendo o mais preocupante a ocupação do local de abertura por estudantes secundaristas. A partir daí, a apenas cinco dias do começo do VI Enaje, procuramos um novo local e erguemos uma nova estrutura. Foi uma situação estressante que nos exigiu tomada de providências de última hora.

Qual balanço a senhora faz das atividades desenvolvidas?

A realização de um congresso é tarefa hercúlea, desde a concepção até a partida da última pessoa. Visto de um modo geral, parece que foi fácil. Mas foram sete meses de trabalho árduo, com restrições financeiras e várias visitas técnicas. Destaco a dedicação das juizas Andrea Schwart e Michelle Quadros a quem tributo, em relevante parte, o êxito do evento. Crédito também aos fornecedores e prestadores de serviços que se desdobraram para fazer o Enaje entrar na história. À AMB, na pessoa do presidente João Ricardo, agradeço a confiança e o reconhecimento, e na pessoa do juiz Emanuel Bonfim, agradeço aos membros da Comissão Executiva.

Pausa para o entretenimento



Shows de Diogo Nogueira e Ivete Sangalo marcam abertura e encerramento do VI Enaje

Da redação

Além da discussão de assuntos de extrema relevância para o Poder Judiciário, o VI Encontro Nacional de Juizes Estaduais (Enaje), que aconteceu entre 3 e 5 de novembro, em Porto Seguro e Arraial d'Ajuda, na Bahia, proporcionou aos magistrados e seus acompanhantes momentos de descontração nos shows de abertura e encerramento do evento.

Após a cerimônia de abertura, o cantor e compositor Diogo Nogueira subiu ao palco por volta da meia-noite. Dono de uma voz marcante, Nogueira envolveu a todos em mais de uma hora de show com canções de sua autoria, como "Pé na areia", e ainda interpretações de outros artistas como "Deixa eu te amar", eternizada pelo cantor Agepê.

Para o diretor-tesoureiro da AMB e integrante da Comissão Executiva do evento, Emanuel Bonfim "um dos grandes destaques do encontro foi o clima de confraternização entre os magistrados".

Na noite de encerramento do VI Enaje, a alegria ficou por conta da baiana Ivete Sangalo. A cantora levantou o astral com grandes sucessos de sua carreira. Há mais de 20 anos na estrada, Ivete é uma das cantoras mais famosas do País e, durante a festa, cantou grandes sucessos de sua carreira, como "Poeira", "Deixo", além de "Beija-flor", do grupo Timbalada.

"O encerramento com Ivete, sem medo de errar, foi espetacular", destacou a magistrada Michelle Quadros, que também integrou a Comissão Executiva do VI Enaje.

Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)

Presidente
João Ricardo dos Santos Costa

Secretário-geral
Marcos Sérgio Galliano Daros

Secretário-geral adjunto
Alexandre Aronne de Abreu

Diretor-tesoureiro
Emanuel Bonfim C. Amaral Filho

Diretor-tesoureiro adjunto
Mauro Caum Gonçalves

Vice-presidentes
Adriano Gustavo Veiga Seduvin
- Assuntos Ambientais
Gil Francisco de Paula Xavier
Fernandes Guerra - Comunicação Social
Hadja Rayanne Holanda de Alencar - Prerrogativas

Maria de Fátima dos Santos Gomes Muniz de Oliveira - Cultural
Maria Madalena Telesca - Assuntos Legislativos
Nartir Dantas Weber - Integração
Nelson Missias de Moraes - Legislativo
Paulo Mello Feijó - Efetividade da Jurisdição
Ricardo de Araújo Barreto - Direitos Humanos
Sérgio Luiz Junkes - Institucional
Wilson da Silva Dias - Administrativo

Conselho fiscal
Helvécio de Brito Maia Neto
Luiz Gonzaga Mendes Marques
Herminia Maria Silveira Azoury

VI Encontro Nacional de Juizes Estaduais (Enaje)

Comissão Executiva - VI ENAJE

Coordenadora
Nartir Weber
Vice-presidente de Integração da AMB

Membros
Alexandre Aronne de Abreu
Secretário-geral adjunto da AMB
André Marcelo Strogenski - TJBA
Andrea Schwarz de Senna Moreira - TRT5
Emanuel Bonfim C. Amaral Filho
- Diretor-tesoureiro da AMB
Freddy Carvalho Pitta Lima - Presidente da AMAB
Gilberto Bahia de Oliveira - TJBA
Michelle Menezes Quadros Patricio - TJBA
Otaviano Andrade de Souza Sobrinho - TJBA

Comissão Científica - VI ENAJE

Coordenador
Antônio Silveira Neto
Assessor da presidência da AMB

Membros
Mônica Elias de Lucca - Assessora especial da Escola Nacional da Magistratura
André Reis Lacerda - Secretário-adjunto de Comunicação institucional da AMB
Rogério Favreto - Coordenador da Justiça Federal da AMB
Carla Carneiro Teixeira Ceará - AMAB
Ana Karenia Nobre - AMAB
Mariela Brandão Franco - AMAB

Assessoria de Comunicação da AMB
Coordenadora de Comunicação e revisora: Renata Brandão

Editora: Dalila Góes
Reportagem: Ana Carolina Lobo, Dalila Góes, Márcia Afonso, Renata Brandão e Verônica Macedo

Fotos: Marcos Cambraia
Estagiária: Tatiana Castro
Diagramação: Marconi Martins e Sheilla Reis

Realização



Correalização



Apoio



Empresa organizadora



Parceria



Patrocínio

